

Governo aceitará a retirada do FCDF do arcabouço fiscal

RECURSOS

“Vou manter o que o governo enviou”



Em reunião com ministros Haddad e Simone Tebet e os líderes, Omar Aziz reafirma sua decisão em retirar o FCDF do arcabouço fiscal.

Relator Omar Aziz reafirma retirada do Fundo Constitucional do arcabouço fiscal, que será votado na próxima terça-feira. Rodrigo Pacheco garante celeridade na tramitação. Proposta voltará à Câmara dos Deputados. Arthur Lira também quer pressa na análise do projeto

• MILA FERREIRA
• TÁSSIA MEDEIROS
• EDILA LULA

Esforço concentrado da banca... (Sobre) A questão do Fundo Constitucional eu já tinha me posicionado, vou retirar do Arcabouço. A questão do Fundeb também. Eu vou manter o que o governo mandou originalmente”

(Sobre) A questão do Fundo Constitucional eu já tinha me posicionado, vou retirar do Arcabouço. A questão do Fundeb também. Eu vou manter o que o governo mandou originalmente”

Omar Aziz (PSD-AM), relator do Arcabouço Fiscal.

Se, porventura, (o texto) voltar para a Câmara, queremos que isso seja visto como um gesto de aprimoramento com todo o cuidado”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Nós estamos contando com esse ajuste que será feito com o presidente da Câmara, Arthur Lira”

Izaci Lucas, senador (PSDB-DF)

Federal. Nós temos que lutar para dar mais dinheiro para todos os estados brasileiros”, afirmou. Segundo o que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), caso os membros do Senado procedam, “não haverá problema” em retirar o tópico do Arcabouço.

Segundo o líder do PSDB no Senado, Izaci Lucas (DF), a tendência é que a Câmara acate a redação aprovada no Senado. “Sobre a retirada do Fundo Constitucional e do Fundeb, não houve, por parte do governo, nenhuma resistência, até porque não estava no texto original. Então, nós estamos contando com esse ajuste que será feito com o presidente da Câmara, Arthur Lira”, disse, ao final da reunião.

De acordo com Rodrigo Pacheco, a intenção é de que o projeto seja apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira e, em seguida, vá ao plenário, possivelmente no mesmo dia. “Apreciado na comissão, nós vamos levar diretamente ao plenário, porque é muito importante que o Senado apoie rapidamente o Arcabouço Fiscal e cumpra essa etapa, que é muito importante para o Brasil”, destacou Pacheco.

Após deixar a reunião com lideranças partidárias no Senado, Haddad afirmou que a decisão sacramentada pelo Parlamento será acatada pelo governo. O ministro evitou opinar sobre possíveis alterações no texto que trata do novo marco fiscal do país. Haddad informou que a presença dele e de Simone Tebet na Casa tinha por objetivo prestar os esclarecimentos técnicos sobre as consequências das mudanças que o relator Omar Aziz pretende fazer no texto. Como a matéria havia sido votada na Câmara, as regras legislativas obrigam que qualquer alteração no Senado tenha que ser revista pelos deputados. “Se, porventura, (o texto) voltar para a Câmara, queremos que isso seja visto como um gesto de aprimoramento com todo o cuidado,

para que não se crie situações embaraçosas para nenhuma das duas Casas”, completou o ministro.

Momento decisivo

O arcabouço fiscal está na pauta da reunião deliberativa que acontecerá na próxima terça-feira, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para votação. No mesmo dia, às 9h, acontecerá uma reunião extraordinária na comissão para realização de uma audiência pública que discutirá o arcabouço fiscal. Se não houver pedido de vista por parte de nenhum senador, o projeto pode ser encaminhado ao plenário no mesmo dia. O governador Ibaneis Rocha (MDB) comemorou a decisão de Aziz e disse ao Correio que “sempre esteve confiante na salvação do Fundo Constitucional”.

Entre os senadores titulares da CAE, estão Alan Rick (União-AC), Alessandro Vieira (PSDB-SE), Cid Gomes (PDT-CE) e Ciro Nogueira (PP-PI). Rick informou casualmente ao Correio que é favorável ao Fundo Constitucional do DF Vieira é vice-presidente da Frente Parlamentar da Educação e foi um dos parlamentares que solicitou a retirada do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) do arcabouço, pedido acatado pelo relator Omar Aziz. Por este motivo, o senador não deve se opor à aprovação do relatório de Aziz. Cid Gomes é líder do partido da senadora Leila Barros (PDT-DF) e, segundo a senadora, ele havia se colocado à disposição para ajudar o DF na questão referente ao fundo. Ciro Nogueira é do mesmo partido da vice-governadora do DF, Celiina Leão (PP), e já se posicionou publicamente a favor do FCFDF. “Na análise do arcabouço fiscal, no Senado, nós, do Progressistas, daremos toda a atenção que o tema merece para que a capital do país não seja prejudicada”, publicou Nogueira nas redes sociais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades Pagina: 13